



ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEMA MT.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEMA
TOMADA DE PREÇO nº 02/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 153655/2018– SEMA MT.

OBJETO: Execução de Obras referentes ao projeto Mato Grosso Sustentável / Fundo Amazônia

MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA, CNPJ Nº 27.406.174/0001-05 neste ato regularmente representada pelo seu sócio proprietário Sr. PAULO PAZETO MEDEIROS, com fulcro no art. 5º, incisos XXXIV, alínea “a” c/c inciso LV, da Constituição Federal; art. 109, § 3º, da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações); vem à ilustre presença de Vossa Senhoria, apresentar, **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação (CPL), apresentando, a seguir, suas razões de recurso.



Protocolo n.: 382569/2019

Data: 09/08/2019 14:18

Governo do Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Interessado(a): MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA

Assunto: RECURSO ADMINISTRATIVO

Resumo: REF. RECURSO ADMINISTRATIVO AO PROC. 153655/2018 - TOMADA DE PREÇO 02/2019 - EXECUÇÃO DE OBRAS REF.

Setor Origem: GPROT - GER. DE PROTOCOLO

Setor Destino: GPAQ - GER. DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES

Volume: 1 de 0



0 000098 179695

*Recebi em 1
09/08/19 ab
14:22
G. Mayer*



DA ANÁLISE FÁTICA

Trata-se de Recurso Administrativo visando combater a r. decisão da Comissão Permanente de Licitação que **CLASSIFICOU** a empresa **LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES ME**, CNPJ Nº **05.511.353/0001-70** na fase de PROPOSTA DE PREÇO da TOMADA DE PREÇO n.º 02/2019.

DAS RAZÕES

1 – NÃO ATENDIMENTO AO EDITAL

Primeiramente lembramos que o edital e as leis que regem as licitações públicas devem ser aplicadas em seu sentido lógico e direto para que haja isonomia nos processos licitatórios.

A empresa **LP DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES ME** apresentou vários erros graves em suas planilhas orçamentárias para todos os lotes, vejamos:

1. NÃO ATENDEU AO ITEM 14.1:

Não apresentou em sua carta proposta a declaração de LETRA "G" estipulada em edital, conforme a página 22 do edital, item 14.1, subitem 14.1.1. Vale lembrar que esta declaração é de suma importância, visto que, trata-se da garantia da obra.

2. NÃO ATENDEU AO ITEM 14.1.3:

Ora, Senhores, a licitante não apresentou as composições **ANALÍTICA DE PREÇOS UNITÁRIOS**. Este item é essencial para verificação dos preços. A licitante apresentou apenas as composições **SINTÉTICAS**, ou seja, não detalhou os serviços. Vejamos um exemplo: COMPOSIÇÃO ITEM 2.8 DAS PLANILHAS – CÓDIGO 74209/1 – SERVIÇO DE PLACA DE OBRA.

VEJAMOS COMO A LICITANTE APRESENTOU:

74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	504,61
---------	---	----	--------





Agora vejamos como deve ser apresentado uma composição ANALÍTICA CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO							UND
74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO							M2
TABELA	TIPO DO ÍTEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	COEF.	CUSTO UNT.	CUSTO TOTAL	
SINAPI	Insumo	4417	SARRAFO DE MADEIRA NAO APARELHADA *2,5 X 7* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	1	R\$ 2,61	R\$ 2,61	
SINAPI	Insumo	4491	PONTALETE DE MADEIRA NAO APARELHADA *7,5 X 7,5* CM (3 X 3 ") PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	4	R\$ 4,95	R\$ 19,80	
SINAPI	Insumo	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22", DE *2,0 X 1,125* M	M2	1	R\$ 421,55	R\$ 421,55	
SINAPI	Insumo	5075	PREGO DE AÇO POUDO COM CABECA 18 X 90 (2 3/4 X 10)	KG	0,11	R\$ 10,74	R\$ 1,18	
SINAPI	Composição	88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	R\$ 20,28	R\$ 20,28	
SINAPI	Composição	88816	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2	R\$ 16,46	R\$ 32,90	
SINAPI	Composição	94962	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	0,01	R\$ 268,17	R\$ 2,68	
TOTAL DO ÍTEM							R\$ 500,90	

Não se pode ignorar tal fato, o edital é claro quanto a sua **EXIGÊNCIA**. As composições analíticas são de extrema necessidade para análise. Vejam como na composição **analítica** pode-se observar a qualidade do material que será empregado, como a chapa de aço n22, carpinteiro, concreto e seu devido traço necessário. E na composição sintética apresentada pela empresa LP, onde está a descrição dos materiais empregados? Isso abre brecha para que seja utilizado na obra materiais inferiores e sem qualidade, chapa de aço inferiores, mão de obra desqualificada e muito mais erros que podem trazer sérios prejuízos aos cofres públicos. **A exigência em apresentar a composição ANALÍTICA fora clara e explicita no edital.** A não apresentação deve ser encarada como DESCLASSIFICAÇÃO. A empresa LP apresentou planilhas analíticas apenas para as composições próprias, porém, o item 14.13 do edital exigiu que fosse apresentado PARA TODOS OS ITENS DA PLANILHA.

O item 14.8 deixa bem claro que apenas a PLANILHA ORÇAMENTÁRIA deverá ser apresentada na forma SINTÉTICA, vejamos:





14.8. Na elaboração da proposta de preço, é necessário que o licitante apresente o valor global no mês-base do orçamento apresentado na planilha de referência, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução da obra objeto da licitação, atendendo aos seguintes itens:

- a) Quadro Resumo de Preços;
- b) Planilha Orçamentária sintética;
- c) Planilha de composição de preços unitários;
- d) Cronograma físico financeiro;
- e) Detalhamento do BDI;
- f) Planilha de Leis Sociais.

Nunca, jamais, a planilha de composição deve ser apresentada de forma SINTÉTICA, pois isso oculta a qualidade do material empregado na obra, bem como a qualificação da mão de obra.

3. APRESENTOU RECOLHIMENTO DOS IMPOSTOS ERRADOS E FORA DA LEI QUE A EMPRESA É OBRIGADA A RECOLHER:

A Empresa LP apresentou em seus impostos na composição do BDI os percentuais de 0,65% do PIS e 3,00% do COFINS, porém, estes percentuais são de empresas optantes pelo LUCRO PRESUMIDO.

Acontece que ao verificar o regime fiscal da construtora LP, deparamos com a informação de que ela é optante pelo SIMPLES NACIONAL, o que causa sérias divergências nos percentuais apresentados no seu BDI e no real recolhimento de impostos. Vejamos:

Data da consulta: 08/08/2019

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : 05.511.353/0001-70

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : L. P. DOS SANTOS - MATERIAIS PARA CONSTRUCAO

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2015

Situação no SIMEI: NÃO optante pelo SIMEI

Períodos Anteriores





Ora, como pode alegar na composição do BDI o recolhimento de uma taxaço do LUCRO PRESUMIDO sendo que o mesmo é do regime SIMPLES NACIONAL?

Importante salientar que a lei é bem clara quanto ao recolhimento de impostos das empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL:

"As licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI compatíveis com as alíquotas que a empresa está obrigada a recolher, conforme Anexo IV da LC 123/06. A composição de encargos sociais não inclui os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13§ 3º, da referida Lei Complementar."

As empresas licitantes Optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis às alíquotas a que estão OBRIGADAS a recolher, conforme previsão contida no anexo IV da Lei Complementar 123/2006, vejamos:

ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 (vigência: 01/01/2012)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar.

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	ISS
Até 180.000,00	4,50%	0,00%	1,22%	1,28%	0,00%	2,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	6,54%	0,00%	1,84%	1,91%	0,00%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	7,70%	0,16%	1,85%	1,95%	0,24%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	8,49%	0,52%	1,87%	1,99%	0,27%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	8,97%	0,89%	1,89%	2,03%	0,29%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	9,78%	1,25%	1,91%	2,07%	0,32%	4,23%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	10,26%	1,62%	1,93%	2,11%	0,34%	4,26%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	10,76%	2,00%	1,95%	2,15%	0,35%	4,31%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	11,51%	2,37%	1,97%	2,19%	0,37%	4,61%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	12,00%	2,74%	2,00%	2,23%	0,38%	4,65%





De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	12,80%	3,12%	2,01%	2,27%	0,40%	5,00%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	13,25%	3,49%	2,03%	2,31%	0,42%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	13,70%	3,86%	2,05%	2,35%	0,44%	5,00%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	14,15%	4,23%	2,07%	2,39%	0,46%	5,00%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	14,60%	4,60%	2,10%	2,43%	0,47%	5,00%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	15,05%	4,90%	2,19%	2,47%	0,49%	5,00%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	15,50%	5,21%	2,27%	2,51%	0,51%	5,00%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	15,95%	5,51%	2,36%	2,55%	0,53%	5,00%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	16,40%	5,81%	2,45%	2,59%	0,55%	5,00%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	16,85%	6,12%	2,53%	2,63%	0,57%	5,00%

Ainda em desacordo com a Lei, a composição de ENCARGOS SOCIAIS das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar, vejamos:

“As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo”

E mais uma vez em desconformidade com as Leis que regem as licitações e contratações públicas, a empresa LP apresentou de forma errada a composição dos encargos sociais, afetando drasticamente o seu orçamento global conforme podemos ver:





ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA			
CODIGO	DESCRIÇÃO	SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALIST A %
GRUPO A			
A1	INSS	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%

Ora, senhores, tal planilha não merece prosperar com tantos vícios e erros que podem trazer sérios prejuízos aos cofres PÚBLICOS.

Vale lembrar que a lei PERMITE CORREÇÃO e não a entrega de novos documentos, sendo assim, não há como apresentar novas COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS, apenas seria possível a correção das que já foram apresentadas, como somatório ou erro de digitação. Concluindo que tais erros não merecem justificativas e sim a simples e firme DESCLASSIFICAÇÃO da empresa por não atender ao edital. Todas as licitantes apresentaram as composições analíticas, logo, atenderam ao edital e a lei, menos a empresa LP.

A empresa LP não deve ser beneficiada e lesar as outras licitantes, devemos aplicar o princípio da isonomia e da vinculação do EDITAL para TODAS AS LICITANTES DO CERTAME. Vejamos o que discorre a Lei nº 8.666/93 em seu art. 43, § 3º:

“É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.

2 – DOS PEDIDOS





Ante o exposto, **REQUER** a esta Douta Comissão Permanente de Licitação que receba o presente recurso e dê provimento total de nossas razões para:

- a) Reformar a decisão desta digna Comissão, com base nos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e economicidade, DESCLASSIFICANDO a proposta da **CONSTRUTORA LP**.

Da mesma forma, lastreados nestas razões recursais, requeremos que, caso esta CPL não seja convencida da necessidade das reformas acima requeridas, faça esta peça subir, devidamente informada à autoridade superior, em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 109 da lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo.

Termos em que,
Pede deferimento.

NOVA XAVANTINA/MT, 08 de agosto de 2019.

MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA
CNPJ 27.406.174/0001-05

PAULO PAZETO MEDEIROS (CPF 037.578.081-50)
SÓCIO PROPRIETÁRIO

PAULO PAZETO MEDEIROS
Engenheiro Civil
CREA 1214664709

